

CINCO

ANOS DO NOVO CPC

DESAFIOS, CONQUISTAS E EFETIVIDADE

ORGANIZADORES

GIL FERREIRA DE MESQUITA
VINICIUS ROBERTO PRIOLI DE SOUZA

PREFACIADOR:
ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

AUTORES

ALESSANDRO PAULO JUNIOR
ALEXANDRE BAHIA
BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO
BRUNA CONCEIÇÃO XIMENES DE ARAÚJO
CAMILA PAULA DE BARROS GOMES
CAMILO ZUFELATO
DANILO CÉSAR SIVIERO RÍPOLI
DANILO PIEROTE SILVA
ENDERSON DANILO SANTOS DE VASCONCELOS
FABRÍCIA JÚNIA DE OLIVEIRA MARTINS
FLÁVIO MARCELO GOMES
FREDIE DIDIER JUNIOR
GIL FERREIRA DE MESQUITA
GUSTAVO TAVARES DE OLIVEIRA BORGES

HEITOR MOREIRA DE OLIVEIRA
HERMES ZANETI JÚNIOR
IGOR VICENTE DE AZEVEDO
LOHAINE MILENA ALEXANDRE ZELLERHOFF
LUIZ HENRIQUE BORGES VARELLA
MEIRE CRISTINA QUEIROZ SATO
PAULO IOTTI
PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA
PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES
RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA
RAFAEL CASELLI PEREIRA
RAFAEL GOMIERO PITTA
RENATA RIVELLI MARTINS DOS SANTOS
VINICIUS ROBERTO PRIOLI DE SOUZA



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem: apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2021 by Gil Ferreira de Mesquita e Vinicius Roberto Prioli de Souza (orgs.)



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Kariny Martins

Controle de Qualidade

Marina Itano

Capa

Joyce Silva

Diagramação

Joyce Silva

Preparação de Texto

Lucas Ben
Suzana Itano

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Letícia Machado
Ludmila Vieira

Estagiárias

Georgia Oliveira
Larissa Teixeira
Laís Silva Cordeiro



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C574a Cinco anos do novo CPC : desafios, conquistas e efetividade /
organização Gil Ferreira de Mesquita, Vinicius Roberto Prioli de Souza;
prefácio Alexandre Freitas Câmara. – São Paulo : Editora Dialética, 2021.
472 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-1708-6

1. CPC. 2. Direito. 3. Processo Civil Brasileiro. I. Organizadores. II. Título.

CDD 347
CDU 347

SUMÁRIO

PRIMAZIA DO MÉRITO E TUTELA DOS DIREITOS NO CPC DE 2015, 27

1. INTRODUÇÃO, 27
2. AINDA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E JURISDIÇÃO, 28
3. PRIMAZIA DO MÉRITO E TUTELA DOS DIREITOS, 31
4. A AÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL, 33
5. PRIMAZIA DO MÉRITO: UMA ORIENTAÇÃO OU FIM DO PROCESSO CIVIL?, 35
6. CONCLUSÃO, 38
7. REFERÊNCIAS, 41

A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO: FILTRAGEM CONSTITUCIONAL E IMPACTO SOBRE O CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE, 45

1. INTRODUÇÃO, 45
2. O FILTRO CONSTITUCIONAL, 46
3. CONCEITO, 48
4. EFEITOS DA REPERCUSSÃO GERAL, 51
5. A ANTECIPAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL PELA PRESIDÊNCIA DO STF: REMÉDIO PARA O MAL DA MONOCRATIZAÇÃO DO JULGAMENTO?, 53
6. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE E O RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL, 54
7. REPERCUSSÃO GERAL E MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL, 55
8. RECURSO EXTRAORDINÁRIO ISOLADO X RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS MÚLTIPLOS, 57
9. REPERCUSSÃO GERAL EM RECURSOS REPETITIVOS SEU IMPACTO SOBRE O CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE, 59

10. VINCULAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE ORIGEM E O SISTEMA RECURSAL DE “CIRCUITO FECHADO”, 62
11. CONCLUSÃO, 64
12. REFERÊNCIAS, 64

OS 5 PRIMEIROS ANOS DE APLICAÇÃO DO IRDR E ALGUNS ASPECTOS PENDENTES: REFLEXÕES COM VISTAS AO SEU APERFEIÇOAMENTO, 67

1. INTRODUÇÃO, 67
2. ALGUMAS REFLEXÕES A RESPEITO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR, 68
 - 2.1 A (DES)NECESSIDADE DE CAUSA PENDENTE, 71
3. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS E DA REPRESENTATIVIDADE DO CASO, 74
4. O TRATAMENTO DADO AOS JUIZADOS ESPECIAIS, 78
5. SUSPENSÃO DOS PROCESSOS PENDENTES, 81
6. CONCLUSÃO, 83
7. REFERÊNCIAS, 84

A SUPERAÇÃO DA CULTURA DA SENTENÇA: NOVOS DILEMAS E A HERMENÊUTICA DE PACIFICAÇÃO DO NOVO CPC, 87

1. INTRODUÇÃO, 87
2. DESCONSTRUINDO VERTENTES JURÍDICAS PREESTABELECIDAS, 88
 - 2.1 A CULTURA DA SENTENÇA, 90
3. NOVOS DILEMAS E A HERMENÊUTICA PROCESSUAL CIVIL, 92
 - 3.1. A TELEOLOGIA CONTIDA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 93
 - 3.2. A VALORIZAÇÃO DA PACIFICAÇÃO E DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, 95
4. A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO NA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS E NA PRODUÇÃO DE JUSTIÇA, 97

5. CONCLUSÃO, 101
6. REFERÊNCIAS, 102

OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO A SERVIÇO DE UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL JUSTA: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL, 105

1. INTRODUÇÃO, 105
2. DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, 106
3. A POSSIBILIDADE E IMPORTÂNCIA DO EFEITO SUSPENSIVO PARA A GARANTIA DE UMA ORDEM PROCESSUAL JUSTA, 110
4. O PREQUESTIONAMENTO FICTO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E O ACESSO À JUSTIÇA, 113
5. CONCLUSÃO, 119
6. REFERÊNCIAS, 122

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS: REFLEXÕES INICIAIS, 125

1. INTRODUÇÃO, 125
2. ASPECTOS PRELIMINARES, 127
3. A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, 128
4. COMPETÊNCIA, 131
5. LEGITIMIDADE “AD CAUSAM”, 134
6. DO INTERESSE PROCESSUAL NA AÇÃO PROBATÓRIA AUTÔNOMA, 136
7. DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA E DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, 138
8. O CONTRADITÓRIO, 143
9. O PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, 148
10. A SENTENÇA E OS LIMITES DA COGNIÇÃO JURISDICIONAL, 154
11. A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS E A COLETA DO DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE ATOS DE VIOLÊNCIA, 157

12. CONCLUSÃO, 162
13. REFERÊNCIAS, 163

DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NAS DEMANDAS JUDICIAIS TRIBUTÁRIAS NOS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA DO CPC, 167

1. INTRODUÇÃO, 167
2. ELEMENTOS ESSENCIAIS DAS PROVAS E SEU ÔNUS, 168
3. O REGIME NORMATIVO BRASILEIRO ACERCA DO ÔNUS DA PROVA E DA SUA DINAMIZAÇÃO, 174
4. DA POSSIBILIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA NOS PROCESSOS TRIBUTÁRIOS, 178
5. CENÁRIO DAS DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, 180
6. CONCLUSÃO, 188
7. REFERÊNCIAS, 190

REGRAS SOBRE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS INICIADOS NA VIGÊNCIA DO CPC-1973: UMA CRÍTICA À SOLUÇÃO CONSTRUÍDA NO EARESP N. 1.255.986/PR, 195

1. INTRODUÇÃO, 195
2. ANÁLISE DO EARESP N. 1.255.986/PR, 196
3. CRÍTICA, 199
4. O FUNDAMENTO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NÃO É A DERROTA, MAS A CAUSALIDADE – MESMO O VENCEDOR PODE SER DEVEDOR DE HONORÁRIOS, 201
- 4.1 A CAUSALIDADE COMO FUNDAMENTO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, 201
- 4.2. CONSIDERAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA CONDUTA CAUSADORA DO PROCESSO E IRRETROATIVIDADE DA LEI NOVA, 204

- 4.3. SE AS REGRAS SOBRE HONORÁRIOS TÊM NATUREZA MATERIAL E PROCESSUAL, É PRECISO CONSIDERAR TAMBÉM A SUA NATUREZA MATERIAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DA LEI NOVA, 205
- 4.4. EXAME DE SITUAÇÕES SEMELHANTES, 206
 - 4.4.1. O EXEMPLO DA JUSTIÇA DO TRABALHO: NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 791-A DA CLT AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA ENTRADA EM VIGOR A LEI N. 13.467/2017, 206
 - 4.4.2. O ENTENDIMENTO DO STJ NO RESP N. 1.111.157/PB: APLICAÇÃO DO ART. 29-C DA LEI N. 8.036/1990 APENAS AOS PROCESSOS AJUIZADOS APÓS A ALTERAÇÃO LEGISLATIVA, 208
 - 4.4.3. O ENTENDIMENTO DO STJ NO RESP N. 470.990/RS E CASOS SUBSEQUENTES: APLICAÇÃO DO ART. 1º-D DA LEI N. 9.494/1997 APENAS AOS PROCESSOS AJUIZADOS APÓS A ALTERAÇÃO LEGISLATIVA, 209
 - 4.4.4. EXAME DO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 7 DO STJ, 212
- 4.5. CONCLUSÃO DO PONTO, 212
5. O CUSTO DO PROCESSO COMO PARÂMETRO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO E O MOMENTO DE ANÁLISE DO RISCO FINANCEIRO DA DERROTA PROCESSUAL, 213
 - 5.1 O RISCO FINANCEIRO DA DERROTA PROCESSUAL, 213
 - 5.2 O CPC-2015 E O AGRAVAMENTO DO RISCO FINANCEIRO DA DERROTA PROCESSUAL, 214
 - 5.3. CALCULABILIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DECORRENTES DE ATOS PRATICADOS NO PASSADO: O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E A VEDAÇÃO À DECISÃO-SURPRESA, 217
 - 5.4. O ENTENDIMENTO DO STJ DEIXA O JURISDICIONADO ENCURRALADO, 220
6. O MARCO TEMPORAL PROPOSTO: A DEMANDA (INICIAL, RECONVENCIONAL, RECURSAL OU EXECUTIVA), 221
7. ESCLARECIMENTO: NÃO DEFENDEMOS DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO, 223
8. CONCLUSÃO, 224
9. REFERÊNCIAS, 226

CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMICUS CURIAE A PARTIR DO CPC DE 2015, 227

1. INTRODUÇÃO, 227
- 1.1. PREVISÕES ANTERIORES AO CPC DE 2015, 228
- 1.2. O AMICUS CURIAE NO PROJETO DO CPC DE 2015, 230
- 1.3. O AMICUS CURIAE NA LEI Nº 13.105/2015 – O NOVO CPC, 231
2. NATUREZA JURÍDICA: AUXILIAR EVENTUAL DO JUÍZO, 232
3. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS, 234
4. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS, 236
5. OUTRAS QUESTÕES PROCESSUAIS IMPORTANTES, 242
- 5.1. A DECISÃO DE ADMISSÃO OU INADMISSÃO DO AMICUS CURIAE, 242
- 5.2. MOMENTO ADEQUADO PARA A INTERVENÇÃO, 245
- 5.3. OS PODERES DO *AMICUS CURIAE*, 246
- 5.4. ÚLTIMAS QUESTÕES, 250
6. CONCLUSÃO, 252
7. REFERÊNCIAS, 254

O DEVER GERAL DE COOPERAÇÃO: COOPERAÇÃO PARA O PROCESSO, 257

1. INTRODUÇÃO, 257
2. A HISTÓRIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO BRASIL E A DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE O JUIZ E AS PARTES, 258
3. A COOPERAÇÃO PARA O PROCESSO: OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS PARA AS PARTES E PARA O JUIZ DECORRENTES DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO, 263
4. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS PARA O DEVER LEGAL DE COOPERAÇÃO, 267
5. CONCLUSÃO, 271
6. REFERÊNCIAS, 272

UM NOVO PARADIGMA NAS INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ACERCA DAS AÇÕES DE FAMÍLIA: A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES COMO PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DO AFETO PARENTAL E DE GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA, 275

1. INTRODUÇÃO, 275
2. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DE FAMÍLIA, 276
 - 2.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO “ACESSO À JUSTIÇA”, 277
 - 2.2. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO À JUSTIÇA E O DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO, 278
3. OS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E A RESOLUÇÃO Nº 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 279
 - 3.1. A RESOLUÇÃO Nº 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 279
 - 3.1.1. CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: AS TÉCNICAS DA MELHOR COMUNICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DO CONFLITO, 280
 - 3.2 A REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA SOBRE OS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS À LUZ DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ATUAL, 281
 4. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O PROCEDIMENTO ESPECIAL NO PRISMA CONTENCIOSO NAS AÇÕES FAMILIARES: INCENTIVO AO CONSENSO, 282
 - 4.1. O CONSENSO ENTRE OS MEMBROS FAMILIARES COMO ESCOPO DA FASE ESPECIAL NAS AÇÕES DE FAMÍLIA: O PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONALIZADO NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, 282
 - 4.1.1. AUDIÊNCIA INICIAL DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: UMA OBRIGATORIEDADE?, 283
 - 4.2. AS TÉCNICAS AUTOCOMPOSITIVAS PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA, 285
 - 4.2.1. A MEDIAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À JUSTIÇA, 287
 - 4.2.2. OUTROS SISTEMAS DE PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA: O MANDADO CITATÓRIO SEM PETIÇÃO INICIAL E A CITAÇÃO DIFERENCIADA COMO MEIO DE SE OBTER O CONSENSO NAS AÇÕES DE FAMÍLIA, 289

5. A FUNÇÃO DA MEDIAÇÃO NOS CONFLITOS FAMILIARES E O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE, 290
- 5.1. O AFETO COMO VALOR FUNDAMENTAL NA TUTELA DOS LAÇOS FAMILIARES E COMO FATOR PREPONDERANTE NA APLICAÇÃO DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO, 291
- 5.2. AS PRINCIPAIS ETAPAS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR, 293
- 5.3. A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA À MANUTENÇÃO DOS LAÇOS DE AFETO NA RELAÇÃO FAMILIAR, 295
6. CONCLUSÃO, 296
7. REFERÊNCIAS, 299

OS PRINCÍPIOS DA FUNDAMENTAÇÃO E DO CONTRADITÓRIO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 305

1. INTRODUÇÃO, 305
2. O QUADRO DESOLADOR. JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA QUE DESCONSIDERA AS ALEGAÇÕES DAS PARTES EM SUAS DECISÕES. CRÍTICAS À JURISPRUDÊNCIA ACERCA DO TEMA, 306
3. ALGUNS OÁSIS EM MEIO A UM DESERTO: PRECEDENTES QUE LEVAM A SÉRIO A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, 311
4. O NCPC E A TENTATIVA DE, ATRAVÉS DE NOVOS TEXTOS, EXIGIR-SE QUE SE LEVE A SÉRIO O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, 316
5. CONCLUSÃO, 329
6. REFERÊNCIAS, 331

CASUÍSTICA DA EXECUÇÃO CIVIL NEGOCIADA, 335

1. INTRODUÇÃO, 335
2. FUNDAMENTOS PARA A NEGOCIAÇÃO DA EXECUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO, 335
- 2.1. A NORMA FUNDAMENTAL DO RESPEITO AO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE NO PROCESSO, 336
- 2.1. A CLÁUSULA GERAL DE ATIPICIDADE NA NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL, 338

- 2.3. O REGIME DE DISPONIBILIDADE DA EXECUÇÃO FORÇADA NO BRASIL, 341
3. CASUÍSTICA, 343
 - 3.1. ACORDOS PROCESSUAIS PARA CONFERIR MAIOR EFICIÊNCIA À EXECUÇÃO, 343
 - 3.1.1. ACORDOS COM RENÚNCIA OU RESTRIÇÕES AO BENEFÍCIO DA IMPENHORABILIDADE, 344
 - 3.1.2. ACORDOS DE PROCEDIMENTO PARA GESTÃO EFICIENTE DA EXECUÇÃO, 345
 - 3.2. ACORDOS PROCESSUAIS PARA CONFERIR MAIOR PROTEÇÃO AO EXECUTADO, 346
 - 3.2.1 ACORDOS PARA AMPLIAÇÃO DAS HIPÓTESES DE IMPENHORABILIDADE, 346
 - 3.2.2. ACORDOS PARA EVITAR DETERMINADAS CONSTRIÇÕES JUDICIAIS, 347
 - 3.2.3 ACORDOS PARA AFASTAR A PRISÃO CIVIL E OUTRAS MEDIDAS COERCITIVAS, 348
4. CONCLUSÃO, 350
5. REFERÊNCIAS, 351

AS EXECUÇÕES FISCAIS NO BRASIL, O RETRATO DA MOROSIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: UMA ANÁLISE DE SEUS PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES, 353

1. INTRODUÇÃO, 353
2. A NATUREZA JURÍDICA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E SUA REALIDADE ATUAL, 354
 - 2.1. DOS GARGALOS MAIS CONHECIDOS DA EXECUÇÃO FISCAL: A CITAÇÃO DO EXECUTADO E A LOCALIZAÇÃO DE BENS, 358
 - 2.2. AÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO EM TORNAR AS EXECUÇÕES FISCAIS EFICAZES, 361
 - 2.3. PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO PARA ALTERAR AS EXECUÇÕES FISCAIS, 363
3. CONCLUSÃO, 364
4. REFERÊNCIAS, 366

A INCOERÊNCIA DA MANUTENÇÃO DA SÚMULA 410 DO STJ APÓS O JULGAMENTO DO EARESP Nº 650.536 - A NECESSIDADE DE REPENSAR OS FUNDAMENTOS DETERMINANTES DO ERESP Nº 1.360.577 E DO ERESP Nº 1.371.209, 369

1. INTRODUÇÃO, 369
2. A NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE NA VIGÊNCIA DO CPC/73 E A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL QUE RESULTOU NA EDIÇÃO DA SÚMULA 410-STJ, 371
3. UMA ANÁLISE SISTEMATIZADA DO CPC/2015 PARA SUPERAÇÃO DA SÚMULA 410-STJ: A NECESSIDADE DE REPENSAR OS FUNDAMENTOS DETERMINANTES DO ERESP 1.360.577 E DO ERESP 1.371.209, 380
4. CONCLUSÃO, 388
5. REFERÊNCIAS, 390

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS NO BRASIL E DISCOVERY NO COMMON LAW: A OBTENÇÃO DE PROVAS EM PERSPECTIVA, 393

1. INTRODUÇÃO, 393
2. OBTENÇÃO DE PROVAS NO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO, 394
3. O AVANÇO DO INSTITUTO A PARTIR DO CPC/2015 E UM POUCO DE DIREITO COMPARADO, 398
4. O DIREITO DO CONSUMIDOR NA ÁSIA DIANTE DA COVID-19, 402
5. O NECESSÁRIO AVANÇO LEGISLATIVO E A 'DESJUDICIALIZAÇÃO' DA PROVA, 406
6. APRENDENDO A PARTIR DA REGULAMENTAÇÃO DA *DISCOVERY* NO *COMMON LAW*, 410
7. CONCLUSÃO, 416
8. REFERÊNCIAS, 417

OS DESAFIOS E OS AVANÇOS DA ADVOCACIA NOS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA DO CPC, 421

1. INTRODUÇÃO, 421
2. AVANÇOS PROPICIADOS PELA INSTRUMENTALIDADE PROCESSUAL, 422

3. EVOLUÇÃO NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, 423
4. IMPACTOS DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NA ADVOCACIA, 426
5. A FLEXIBILIZAÇÃO DAS FORMAS E ATOS PROCESSUAIS, 431
6. AS FÉRIAS DOS ADVOGADOS, 432
7. DA ALTERAÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO, 433
8. CONCLUSÃO, 436
9. REFERÊNCIAS, 437

**O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A EFETIVIDADE DE SEUS INSTITUTOS:
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS, SOBRESTAMENTO, DISSOLUÇÃO PARCIAL DE
SOCIEDADE, ROL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE
DEMANDAS REPETITIVAS, 439**

1. O ARTIGO 927 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS PRECEDENTES JUDICIAIS, 439
2. A APLICAÇÃO PELOS TRIBUNAIS DE RECURSO REPETITIVO E O SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS, 445
3. O INSTITUTO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE, 450
4. A TAXATIVIDADE MITIGADA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, 454
5. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: PRINCIPAIS ASPECTOS, 459
6. CONCLUSÃO, 462
7. REFERÊNCIAS, 464